

# Assuntos financeiros lideram reclamações em Pelotas

De acordo com o Procon, descontos de empréstimos consignados sem autorização cresceram 23,64% este ano

31 de Agosto de 2021 - 09h57

[Corrigir](#)

A +

A -

Por: **Kauã Blank**

[kaua.blank@diariopopular.com.br](mailto:kaua.blank@diariopopular.com.br)



Segundo os dados do órgão, até o último dia 24 de agosto foram 617 casos, contra 499 apontados em todo o ano anterior (Foto: Divulgação - DP)

As reclamações ao Procon referentes a assuntos financeiros seguem como as campeãs em registros dos consumidores pelotenses. No entanto, os casos tornaram-se ainda mais comuns em 2021, com um aumento de, por enquanto, 23,64% em relação a 2020. Segundo os dados do órgão, até o último dia 24 de agosto foram 617 casos, contra 499 apontados em todo o ano anterior.

De acordo com a chefe do serviço de educação ao consumidor do Procon, Ana Paula Duarte, os casos de empréstimos consignados têm chamado a atenção das equipes de atendimento. "São empréstimos feitos na conta de pensionistas em que aparece um valor no saldo bancário sem que tenha sido autorizado. Muitas vezes as pessoas gastam o dinheiro e nem sabem que solicitaram e quando se dão conta já é tarde", comenta.

Para casos como esse, a recomendação de Ana Paula é que as vítimas se dirijam até o banco que administra sua conta para descobrir a origem do dinheiro. Outra dica é verificar o extrato bancário constantemente. "O consumidor precisa estar informado, pois assim como percebemos quando é descontado dinheiro de forma indevida, é necessário buscar também a origem de depósitos não solicitados para a pessoa ver se ela realmente não está caindo em um golpe", alerta.

## Idosos são vítimas preferenciais

A concessão de empréstimos sem a solicitação dos clientes também é percebida pela Defensoria Pública do Estado em Pelotas. No entanto, os pedidos de auxílio que chegam são em escala bem inferior às reclamações feitas ao Procon. Nestes oito meses de 2021, três episódios chegaram aos defensores, mas até o momento aguardam a juntada de documentação para que possam evoluir a ações judiciais. Em 2020 não foi registrado nenhuma solicitação envolvendo esse tipo de processo.

Para a defensora Gabriela Rodrigues, levando em consideração o número de reclamações feitas ao órgão de defesa do consumidor, a tendência é que novos pedidos de ajuda devam chegar. "Por conta da pandemia, estamos com os atendimentos somente por agendamento, o que limita o número de pessoas assistidas. Mas acreditamos que a partir de agora surgirão mais casos", comenta.

Gabriela ainda ressalta que em casos como esses, que geralmente atingem pessoas idosas, é obrigatório que tenha sido assinado um contrato autorizando a instituição a fazer o empréstimo. A recomendação para quem está passando por essa situação é buscar ajuda na Defensoria Pública ou um advogado particular.